

A morte de Jonas Savimbi (UNITA) significa praticamente o fim da liderança da época da independência, a par da morte de Agostinho Neto (MPLA), em 1979, e do semi-retiro da política activa de Holden Roberto (FNLA). Impõem-se, por isso, apesar do carácter ainda flutuante da situação actual, a continuação do esforço de balanço do passado, presente e futuro de Angola iniciado no número anterior. Infelizmente, não há ainda uma resposta clara à questão essencial – haverá paz para todos os angolanos?

E Depois do Calar das Armas?

Fernando Balthazar de Lima*

Com o desaparecimento de Jonas Savimbi e a declaração de cessar-fogo de Luanda, regressa o Protocolo de Lusaka. Na nova fase do processo de paz angolana, importa ultrapassar o carácter bilateral de Lusaka e incluir a sociedade civil.

Apesar de hesitações muitas, a UNITA está a recompor-se da crise de liderança despoletada pelo desaparecimento de Jonas Savimbi. Do ponto de vista formal, os tiros deixaram de se ouvir desde 14 de Março.

O Governo, depois de alguma ponderação e encorajamentos activos ouvidos em Washington e Nova Iorque, avançou para uma trégua unilateral. E num documento divulgado no dia em que a UNITA comemorava 36

anos de existência, Luanda concedeu à UNITA espaço de manobra para resolver o problema da liderança e fez, de forma aberta, profissão de fé no trabalho a desenvolver, em conjunto com as instituições da sociedade civil, para se atingir a paz, a democracia e a pacificação dos espíritos, uma expressão cara às igrejas que se têm envolvido do intrincado processo negocial angolano.

A UNITA, por seu turno, depois do tiro no escuro que foi o anúncio de António Dembo como novo líder do movimento, quigá numa altura em que já não fazia parte do mundo dos vivos, acabou por apostar na figura que nos últimos seis meses tem conduzido todo o processo de intermediação negocial, o brigadeiro Isaías Samakuva, de facto o representante da UNITA em Paris. Samakuva,

juntamente com Jaka Jamba e Manuel Savihemba, estes dois últimos parlamentares em Luanda, protagonizaram parte do vaivém diplomático para levar a “UNITA da mata” à

mesa das negociações. Samakuva tem o apoio da Missão Externa da UNITA que, a 12 de Março, se assumiu como estrutura de coordenação do movimento, dadas as notórias dificuldades em manter contacto com o que restou da direcção no teatro operacional. A iniciativa da UNITA veio, para já, pôr cobro a algumas iniciativas que começavam a evidenciar uma imagem de desnorte e divisão.

O desenvolvimento de uma UNITA forte como partido político e de um movimento cívico genuíno são condições importantes para afastar ou diluir os tiques autoritários que se foram acumulando em Luanda nos anos de guerra subsequentes a 1992. O abrandamento das perseguições à imprensa independente é um sinal encorajador, mas não suficiente.

Primeiro, e com a morte de Dembo ainda não definitivamente confirmada, foi anunciado um directório no Moxico, constituído pelo secretário-geral, Paulo Lukamba “Gato”, e pelo Chefe de Estado Maior General, Geraldo Abreu “Kamorteiro”. Pouco depois, Eugénio Manuvakola, o desacreditado lí-

der da UNITA Renovada, viajava para o Moxico para contactos com quadros administrativos e militares saídos da mata e sob custódia das autoridades político-militares de Luanda. Também Demóstenes Chilingutilla, general da UNITA e actualmente membro do Governo de Unidade Nacional (GURN) anunciava iniciativas em Luanda e no exterior para reanimar a direcção do movimento. Entretanto, Abel Chivukuvuku cintilava de novo nas páginas da imprensa internacional, mas João Vahekeny, a partir da Suíça, dizia secamente que ele “não representa a UNITA”.

A maioria dos deputados da UNITA em Luanda, que não se reconhece em Manuvakola, expressou apoio à coordenação do movimento através da Missão Externa. Samakuva deslocou-se entretanto, discretamente, a Nova Iorque para contactos com os mediadores das Nações Unidas, já depois de conhecida a intenção de José Eduardo dos

* IEEI

Santos de avançar com uma trégua unilateral. Samakuva não será a solução definitiva, mas é importante para o avanço do processo negocial que as Nações Unidas e Luanda tenham um interlocutor credível da parte da UNITA.

Outro protagonista do processo angolano, o general João de Matos, o mais prestigiado militar das forças governamentais, actualmente em “exílio sabático” em Londres, assistiu de longe ao êxito do seu sucessor, o general Armando da Cruz Neto. Ao decapitar parcialmente a direcção da UNITA, Cruz Neto abriu a porta para a solução política que João de Matos vaticinou, quase três anos antes, quando foram tomados os bastiões do Andulo e Bailundo. Depois de destruída a capacidade convencional da UNITA, as unidades especiais das forças armadas angolanas encetaram uma feroz perseguição às colunas que operavam no planalto central, utilizando tácticas decorrentes do princípio maoísta do guerrilheiro operando no seio do povo como peixe na água. Na impossibilidade de chegar rapidamente ao peixe, o exército envolveu-se no Moxico, Leste de Angola, numa operação massiva de remoção de populações, levando à morte por inanimação e à capitulação de centenas de membros da UNITA.

Os cenários otimistas são contrariados apenas pela a possibilidade do surgimento de focos de desestabilização armada – a que noutras paragens se designa como *warlordismo*. Há indicações de que um número não desprezível de acções armadas, levadas a cabo nos últimos meses, foram feitas à revelia de qualquer estrutura organizada. Por outras palavras, sugere-se que essas acções foram levadas a cabo por elementos não afectos nem à UNITA, nem às forças armadas ou policiais governamentais. Especialistas em conflitos armados fazem notar, contudo, que em Moçambique, a Renamo, um movimento com muito menos credenciais em termos organizacionais, teve a capacidade de cumprir com notável eficácia o cessar-fogo acordado com o Governo. O cenário angolano envolve, porém, a exploração diamantífera de garimpo, actividade propícia ao desenvolvimento de banditismo, como acontece actualmente na Serra Leoa.

O dia seguinte

Com o calar das armas, volta à ribalta o Protocolo de Lusaka, o que implica a extensão do poder de Estado a todo o território e a livre circulação de pessoas e bens, mas também, o que é fundamental, a legitimação do poder político em Luanda. E aqui chegados, importa pensar nas

modalidades de inclusão das instituições que emergiram do movimento pacifista e que consideram que uma das lacunas de Lusaka reside exactamente no facto de, tal como Bicesse, os protocolos terem sido acordados numa base bilateral. Alcides Sakala, porventura representando o ponto de vista da UNITA, anotava em Setembro de 2001, em carta dirigida a Kofi Annan, a necessidade de reformulação do protocolo, tendo em conta a dinâmica das instituições da sociedade civil, gesto que parece, finalmente, ter sido igualmente acolhido pelo Governo em Luanda.

As eleições, prometidas por Luanda para 2003, terão igualmente de contornar a questão pendente da segunda volta das presidenciais de 1992. Um dos candidatos está morto, o actual presidente anunciou que não será candidato, situação que facilitará aparentemente um recomeçar de novo. O desenvolvimento de uma UNITA forte como partido político e de um movimento cívico genuíno são condições importantes para afastar ou diluir os tiques autoritários que se foram acumulando em Luanda nos anos de guerra subsequentes a 1992. O abrandamen-



ANGOLA: Indicadores Básicos

População (est. 2001): 10,4 milhões de habitantes
Taxa de Natalidade (est. 2001): 46,5 permilagem
Taxa de Mortalidade (est. 2001): 24,7 permilagem
Taxa de Mortalidade Infantil (est. 2001): 193,8 permilagem
Esperança de Vida (est. 2001): 38,6 anos
PIB em paridades de poder de compra (2000): 10,1 mil milhões de dólares
PIB per capita em paridades de poder de compra (2000): 1000 dólares
Índice de Desenvolvimento Humano (1999): 0,422 posição 146 no ranking de IDH constituído por 162 países

to das perseguições à imprensa independente é um sinal encorajador, mas não suficiente.

Existe actualmente a convicção que a comunidade internacional, com os Estados Unidos à cabeça, se rendeu ao charme do petróleo de Luanda, fechando os olhos aos abusos dos direitos humanos e aos colossais rombos nas contas públicas, possibilitando as aquisições de equipamento militar mas também engrossando as contas privadas de funcionários do regime. Os diplomatas ocidentais mais envolvidos no processo e funcionários seniores nas Nações Unidas argumentam que foi a UNITA que, ao forçar a intransigência, acabou por legitimar o regime de Luanda como “a parte menos má no processo”, cumpridora de Bicesse e Lusaka. Os mesmos diplomatas garantem que, num quadro político qualitativamente diferente, o Governo de Luanda não terá a mesma “liberdade de movimentos”. Os críticos, contudo, fazem notar que a comunidade internacional continua a fechar os olhos à excessiva governamentalização dos programas de auxílio humanitário e às declarações de soberba de José Eduardo dos Santos em relação às instituições de Bretton Woods.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional têm tentado nos últimos anos pôr algum controlo nas contas públicas angolanas, condição *sine qua non* para que Angola entre para o clube dos regenerados na ordem financeira internacional. No longo e conflituoso namoro, chegou-se mesmo a um *plafonamento* nos níveis de endividamento externo. Contudo, Luanda, fazendo uma vez mais falar mais alto o petróleo, acabou por contornar o

entendimento, celebrando um vultoso acordo com um sindicato bancário europeu. Eduardo dos Santos, de visita a Washington logo após a morte de Savimbi, não se avistou com representantes do FMI, acusando o Fundo de funções policiais sobre a soberania angolana.

Finalmente, permanecem os desafios à própria direcção do país, onde se torna de algum modo difícil distinguir entre o MPLA, como força política, e o seu braço executivo, o Governo, dado que a situação posterior aos acontecimentos de 1992 reforçou a estrutura do Partido-Estado. O calar das armas propicia o afastar de inúmeros alibis para a má governação e a falta de transparência com quem têm sido dirigidos os destinos do país.

Há uma parte do MPLA que claramente não se identifica com as práticas correntes da governação, e que esperou ansiosamente por um novo quadro político para proceder a ajustes de contas. Os críticos, hoje mais cínicos que nunca, fazem contudo notar que, também após Bicesse, se esperava pelo “arrumar da casa”. Porém, perante a vaticinada vitória eleitoral da UNITA, o debate foi adiado, cristalizando “a grande família” e seus mecanismos de reprodução endémica. O reverendo Ntoni-Nzinga, um dos facilitadores do processo negocial, aponta para um novo nacionalismo como resposta aos desafios que se apresentam ao país. Um nacionalismo que, não recusando as origens e os caminhos de cada um, reconheça méritos, capacidades e partilhas que formem uma nova identidade para o renascimento de Angola. O sonho está mesmo aí. O caminho, esse, é mesmo longo. ■